



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000143-48.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 1ª Vara Cível do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital

JUÍZA TITULAR: Dra. Angela Cristina Celestino de Oliveira

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

1ª VARA CÍVEL DO JUÍZO DE GUARAPARI/ES – COMARCA DA CAPITAL

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **1ª Vara Cível do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 034/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 09/05/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **1ª Vara Cível do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

Juíza	Vínculo	Ato
Angela Cristina Celestino de		

Angela Cristina Celestino de Oliveira	Titular	nº 411/2010 - 15/03/2010
---------------------------------------	---------	--------------------------

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 15/08/2022)

Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Neiter Maria Olga dos Santos	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituta - Ato nº 460/2020 - 05/11/2020
Flávio Diirr Lima	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Sayonara Oliveira Varejão	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 15/08/2022)


Servidores à disposição de outras Unidades

Servidor (a)	Cargo	Observação
Katharina Maria Marcondes Ferrari	Analista Judiciário -AJ - Direito	A disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - Ato Nº 2670/12 em 19/09/2012 Lotada no Gab. Desemb. Eliana Junqueira Munhós Ferreira

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 15/08/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a 1ª Vara Cível do Juízo de Guarapari. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Entretanto, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no site do Tribunal de Justiça¹, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 02 (dois) servidores e a lotação paradigma é de 03 (três) servidores, vejamos:

TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO										
 TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de janeiro de 2022										
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO PJS										
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO	LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS	ASSESSOR DE JUIZ
1	B - CÍVEL	1ª VARA CÍVEL	ES	GUARAPARI	3	2	0	1	0	0

1 Disponível em: http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf . Consulta realizada em 15/08/2022.

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	465	39
Janeiro a dezembro de 2021	779	65

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 15/08/2022)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	2.251
2021	2.208

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 15/08/2022)

Acervo atual

	Agosto 2022
Total	2.760
Suspensos ou sobrestado	45
Arquivados provisoriamente	95
Tramitação ajustada	2.620

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos conclusos	824	969
Conclusos para sentença há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para decisão há mais de 100 dias	0	20
Conclusos para despacho há mais de 100 dias	0	64
Conclusos para ato diverso há mais de 100 dias	0	6

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/08/2022)

Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	11	4
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/08/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/08/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	2	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/08/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	64	127

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/08/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	24	8

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/08/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	1	12

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/08/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	11	14

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 15/08/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
75,1%	Meta não cumprida

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
87,5%	Meta não cumprida

Meta 4 CNJ/2021 (Improbidade Administrativa)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Percentual obtido	Resultado
142,9%	Meta cumprida

Meta 6 CNJ/2021 (Foco: Ações Coletivas)

Identificar e julgar até 31/12/2021: 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.

Percentual obtido	Resultado
0%	Meta não cumprida

(Fonte:Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 11/05/2022, revelou a existência de **824 (oitocentos e vinte e quatro)** processos em gabinete para análise da Magistrada, não havendo processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 15/08/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve um aumento **(969 processos)** e o quantitativo de processos **com registro de excesso de prazo de conclusão aumentou para 90 (noventa) feitos**.

Diante da situação apresentada, mostra-se necessário que o Juízo adote, com urgência, as medidas necessárias visando o impulsionamento dos processos paralisados em gabinete, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.

Ademais, observa-se que a maioria das Metas CNJ no ano de 2021 não foi cumprida, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nestas.

7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, foi possível verificar uma melhora quanto às pendências referentes aos processos sem movimentação há mais de 100 dias e cartas precatórias sem cumprimento há mais de 60 dias, entretanto, três pontos precisam ser observados com maior atenção pela secretaria, quais sejam: os **processos em carga externa por prazo excessivo, petições pendentes de juntada há mais de 10 dias** e os **mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça**.

No que se refere aos processos em carga externa, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Com relação às petições pendentes de juntada há mais de 10 (dez) dias no sistema, constavam 64 (sessenta e quatro) petições no levantamento de dados realizado na 1ª Fase da Correição, tendo o quantitativo aumentado para **127 (cento e vinte e sete)** em segunda análise, devendo a Secretaria implementar as devidas estratégias para sanar tal pendência.

Quanto aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, compulsando a listagem atualizada, extraída em 15/08/2022, infere-se que 14 (quatorze) mandados permanecem sem devolução.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos à Magistrada, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 À Juíza Titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<p><u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;</p> <p><u>Adote</u>, doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;</p>
Processos conclusos há mais de 100 dias	<p><u>Adote</u> as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos inseridos em referida situação;</p> <p><u>Promova</u> o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ;</p>
Metas Nacionais CNJ	<p><u>Monitore</u>, semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento.</p>

8.2. À Chefe de Secretaria Substituta

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Juntada de petições	<p><u>Regularize</u> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><u>Observe</u>, doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;</p>
Mandados expedidos	<p><u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos mandados judiciais expedidos, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;</p>
	<p><u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><u>Adote</u>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos</p>

Processos em carga externa	físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;
Cartas precatórias	<u>Observe</u> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante.

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. À Juíza Titular

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	<u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
Processos físicos	<u>Utilize</u> os atos <i>judiciais</i> <i>dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema <i>e-JUD</i> , evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

9.2. À Chefe de Secretaria Substituta

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Juntada de petições	<u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);
Processos em carga	<u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias,

	comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado	<u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual.
Processos aptos ao arquivamento	<u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **1ª Vara Cível do Juízo de Guarapari/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações à Sra. Chefe de Secretaria Substituta para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

À Juíza titular por sua vez, foi determinado que adote as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, bem como monitore os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cumho a propiciar seu integral atendimento.

Por fim, foi determinado à Magistrada que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 15 de agosto de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 22/08/2022, às 13:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1276225** e o código CRC **2EE7F8AD**.